



Moçambique

Director: MENDES JOSÉ MUTENDA • Nº 606 • Quarta-feira, 02 de Setembro de 2026 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Segundo o Presidente da República

GÁS VAI MOBILIZAR ATÉ 60 MIL MILHÕES DE DÓLARES EM INVESTIMENTOS

- A execução irá efectivar-se no intervalo de cinco a dez anos
- Trata-se de projectos liderados pela ExxonMobil, ENI e TotalEnergies

EXECUTIVO PRETENDE PRODUZIR 60 MIL TONELADAS DE ALGODÃO POR ANO



A estratégia prevê, igualmente, a recuperação de cerca de 50 por cento dos postos de trabalho

O Governo pretende elevar a produção nacional de algodão para uma média de 60 mil toneladas por ano, meta que poderá gerar cerca de 65 milhões de dólares norte-americanos em receitas de exportação, no âmbito da revisão do Regulamento para a Cultura do Algodão, aprovada ontem na 26.ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros.

A medida, anunciada pelo porta-voz do Conselho de Ministros, Inocêncio Impissa, visa recuperar a capacidade produtiva do subsector, melhorar a organização da cadeia de valor e aumentar a competitividade do algodão moçambicano nos mercados nacional, regional e internacional.

Actualmente, o país produz cerca de 20 mil toneladas de algodão, contra aproximadamente 40 mil toneladas no ano

passado. O volume está ainda distante do desempenho registado entre 2011 e 2012, quando Moçambique chegou a produzir cerca de 180 mil toneladas.

Segundo Impissa, a nova regulamentação deverá contribuir para inverter esta tendência, através da melhoria das condições de fomento, produção, comercialização, transporte, armazenamento, descaroçamento, exportação e importação.

A estratégia prevê igualmente a recuperação de cerca de 50 por cento dos postos de trabalho perdidos no subsector, além do aumento das receitas fiscais e da valorização da fibra e dos seus subprodutos.

"Pretende-se não só recuperar e valorizar toda a cadeia da produção, mas também melhorar a questão dos empregos que foram perdidos", afirmou Impissa.

APROVADA POLÍTICA PESQUEIRA E ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Na mesma sessão, o Governo aprovou a Política Pesqueira e Estratégia de Implementação 2026–2045, com a ambição de transformar o sector das pescas e da aquacultura num maior gerador de emprego, rendimento, segurança alimentar e receitas para o país.

A política pretende assegurar uma oferta regular de pescado ao mercado nacional, melhorar o bem-estar das famílias que dependem da actividade e aumentar a competitividade dos produtos pesqueiros moçambicanos nos mercados internacionais.

O instrumento assenta em quatro pilares: gestão e ordenamento das actividades pesqueiras; desenvolvimento da aqua-

cultura; desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos; e reforço da governação e do capital humano.

De acordo com o porta-voz do Governo, a pesca contribui actualmente com cerca de 0,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, podendo atingir 1,5 por cento em determinados períodos, nível considerado abaixo do potencial do país.

"Era preciso conceber um instrumento que nos permitisse valorizar toda a cadeia", explicou, apontando para a necessidade de melhorar a formação dos operadores, garantir meios de pesca sustentável, reforçar a fiscalização e assegurar maior controlo sobre os recursos pesqueiros.

CHAPO EXIGE QUE SERVIÇOS DE JUSTIÇA CHEGUEM EM TEMPO ÚTIL ÀS COMUNIDADES



A presença dos participantes no Seminário deve resultar em propostas concretas

O Presidente da República, Daniel Chapo, defende que as instituições de Justiça aproveitem as potencialidades da digitalização para reduzir a morosidade processual e garantir que os serviços de justiça cheguem em tempo útil às comunidades. A posição foi expressa esta terça-feira (01), em Maputo, na abertura do Seminário Internacional co-organizado pelo Conselho Constitucional de Moçambique (CC) e pela Comissão Global para o Estado de Direito da Organização Europeia de Direito Público (GROLCEPLO).

No evento, Chapo afirmou que, apesar de estas platafor-

mas facilitarem a vida dos cidadãos, exigem dos juristas, magistrados, académicos, Governo e organizações internacionais uma reflexão profunda e urgente sobre os riscos e desafios que a sua utilização representa, bem como sobre a necessidade de um constitucionalismo capaz de responder às exigências desta nova realidade.

"O cidadão, quando procura uma instituição pública, quer ser atendido com dignidade. Quando procura os tribunais, quer uma decisão justa e em tempo útil. Quando denuncia um acto de corrupção, espera que o Estado actue e puna o infractor", apontou.

Salientou que a presença dos participantes no presente Seminário deve resultar em ideias, recomendações e propostas concretas capazes de fortalecer a justiça constitucional, as instituições democráticas e a cultura do Estado de Direito.

"Esperamos igualmente que esta parceria entre o Conselho Constitucional de Moçambique e a Comissão Global para o Estado de Direito da Organização Europeia de Direito Público se consolide e se traduza em cooperação permanente, intercâmbio de magistrados e académicos, investigação conjunta, formação e partilha de jurisprudência e boas práticas

jurídicas", reforçou.

Daniel Chapo reforçou ainda que as academias não se podem limitar a observar os problemas nacionais à distância, devendo promover investigações profundas sobre os desafios e propor soluções que contribuam activamente para a formulação de políticas públicas.

Reiterou que o Governo está empenhado na consolidação de um Estado de Direito assente na legalidade, garantindo que a lei seja aplicada da mesma maneira, independentemente da condição social, económica ou política do cidadão.

Legenda-As instituições de justiça devem colocar o cidadão no centro da sua actuação

INVESTIMENTOS EM GÁS VÃO GERAR ATÉ 60 MIL MILHÕES DE DÓLARES



O gás natural deve deixar de representar apenas uma fonte de exportação

Moçambique poderá mobilizar, nos próximos cinco a dez anos, investimentos estimados entre 50 e 60 mil milhões de dólares no sector do gás, anunciou esta segunda-feira (31) o Presidente da República, Daniel Francisco Chapo, apontando os projectos da ENI, Total e ExxonMobil como alguns dos grandes empreendimentos que poderão transformar a estrutura económica do país.

Chapo falava na abertura da 61.ª edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM), no

Centro Internacional de Feiras e Exposições de Ricatla, em Marracuene, sob o lema "Transformação Digital e Energética Rumo a uma Economia Sustentável".

No evento, o Estadista defendeu que os recursos naturais devem ser utilizados para acelerar a industrialização, criar empregos e aumentar o valor produzido internamente.

Segundo o Chefe de Estado, os investimentos previstos na Bacia do Rovuma incluem cerca de 15 mil milhões de dólares da ENI, igual montante da Total e, caso se concretize ainda este ano, cerca de 20 mil milhões de

dólares da ExxonMobil.

"Nos próximos cinco ou dez anos teremos, só na área do gás, investimentos de cerca de 50 a 60 biliões de dólares", afirmou.

O Presidente explicou que a estratégia do Governo não passa apenas por atrair grandes capitais, mas também por garantir que o empresariado nacional esteja preparado para participar nas cadeias de fornecimento dos grandes projectos.

Neste contexto, as micro, pequenas e médias empresas continuarão a ocupar um lugar central na estratégia de diversificação económica, devendo crescer, exportar e tornar-se

fornecedoras competitivas dos grandes investimentos.

"Uma economia forte não se mede apenas pelo número de grandes investimentos que consegue atrair. Mede-se pelo número de empresas nacionais que esses investimentos conseguem fazer crescer, pelo número de empregos que criam e pelo valor que permanece no país", sublinhou.

Defendeu, igualmente, que o gás natural deve deixar de representar apenas uma fonte de exportação e passar a alimentar uma nova fase de industrialização nacional.

"O nosso gás natural não



A tecnologia deve ser utilizada para aumentar a produtividade agrícola

deve ser apenas exportado: deve também alimentar fábricas, criar indústria e gerar empregos", declarou, acrescentando que o grafite deve ser transformado em componentes para baterias e integrar novas cadeias industriais em Moçambique e no continente africano.

Chapo apontou também para a transformação local do algodão em vestuário e para o aumento das exportações de produtos agrícolas, com o objectivo de fortalecer a marca "Made in Mozambique" e aproveitar as oportunidades da Zona de Comércio Livre Continental Africana.

Segundo explicou, a orientação é utilizar as receitas provenientes do gás para financiar outros sectores estratégicos, nomeadamente a agricultura,

a indústria, os recursos minerais, a energia, o turismo, a transformação digital, a economia azul e as infra-estruturas.

"Queremos pegar nas receitas do gás e investir nas outras áreas da nossa economia", disse, defendendo que esta abordagem permitirá não apenas gerar crescimento, mas também promover desenvolvimento, aumentar a renda, os salários e as receitas fiscais e reduzir as desigualdades sociais.

A intervenção presidencial colocou também a transformação digital no centro da estratégia económica nacional, defendendo que a tecnologia deve ser utilizada para aumentar a produtividade agrícola, modernizar a indústria, expandir os serviços digitais e aproximar os

produtores dos mercados.

Segundo o Estadista, o objectivo é permitir que um agricultor de Mecanhelas consiga vender a sua produção para qualquer mercado do mundo através de plataformas digitais, que pequenas fábricas possam competir internacionalmente e que empreendedores de Nacala-Porto consigam encontrar investidores sem abandonar as suas comunidades.

Conforme referiu, a transformação económica deve ter um rosto humano, traduzindo-se em oportunidades concretas para jovens, mulheres, empresas e produtores nacionais.

Destacou ainda a necessidade de ligar a indústria aos portos e estes aos mercados internacionais, com particular atenção aos portos de Maputo, Beira e Nacala.

A aprovação da Lei de Conteúdo Local, da Lei de Minas, da Lei de Petróleos e a criação do Banco de Desenvolvimento de Moçambique foram apresentadas como parte das medidas destinadas a criar condições para uma maior participação das empresas nacionais na economia.

"Uma economia não se transforma quando os seus activos existem isoladamente. Transforma-se quando esses activos estão ligados, produzem juntos e criam valor uns para os outros", afirmou.

Chapo disse ainda que a ambição é fazer com que os grandes investimentos contribuam para o crescimento de empresas moçambicanas, a criação de postos de trabalho e a retenção de maior valor dentro do país.

FACIM DEVE TRANSFORMAR-SE EM ACORDOS E PARCERIAS CONCRETAS



O grande desafio do país é transformar os recursos existentes

Ainda no mesmo evento, Chapo sublinhou que a FACIM deixou de ser apenas uma feira de exposição para se transformar numa plataforma de negócios e numa ponte entre ideias e capital, produtores e mercados, Moçambique e o mundo.

Por isso, espera que a presente edição resulte em contratos, novos projectos, internacionalização de empresas, estabelecimento de joint ventures, partilha de tecnologias e concretização de investimentos.

A participação de dezenas de países e centenas de empresas, segundo o Presidente, demonstra a crescente integração de Moçambique nas economias regional, continental e internacional. A presença do Brasil como País de Honra e

do Niassa como Província de Honra reforça, igualmente, a dimensão internacional e nacional da exposição.

O Chefe de Estado apelou ao aumento da produção nacional e das exportações como resposta aos desafios relacionados com a disponibilidade de divisas.

"Nós só teremos divisas se produzirmos mais e exportarmos mais", afirmou, explicando que a redução da produção, associada ao aumento das importações e à queda das exportações, limita a disponibilidade de moeda estrangeira.

Para Chapo, cada produto nacional que conquista um mercado externo representa não apenas uma venda, mas também uma demonstração da capacidade de Moçambique

para produzir, competir e criar confiança na sua economia.

Para atrair mais investimento, o Governo promete aprofundar as reformas destinadas a melhorar o ambiente de negócios, incluindo a simplificação de procedimentos administrativos, a digitalização dos serviços públicos, a redução de custos e o reforço da previsibilidade regulatória.

"Não existe investimento sustentável sem confiança; e não existe confiança sem previsibilidade, transparência e resultados", declarou o Presidente.

Chapo reiterou, por outro lado, que Moçambique está aberto ao investimento, à inovação e às parcerias, atribuindo ao sector privado um papel central na criação de empre-

sas, empregos e renda.

O Presidente defendeu que o grande desafio do país já não é descobrir novas riquezas, mas transformar os recursos existentes em indústria, valor e emprego, principalmente para a juventude e as mulheres.

"Trata-se agora de transformar riqueza em indústria, recursos em valor, investimento em emprego para a juventude e a mulher moçambicana", afirmou.

A 61.ª edição da FACIM foi oficialmente aberta com a expectativa de que a feira seja recordada não apenas pelos produtos expostos, mas pelos negócios, investimentos, empresas, empregos, exportações e oportunidades que dela possam resultar.

Lei da Comunicação Social

GABINFO ASSEGURA DIVULGAÇÃO E APLICAÇÃO EFECTIVA DO NOVO QUADRO



O período de vacatio legis não deve ser entendido como um período de espera

Garantir um sector da comunicação social modernizado, capacitado e preparado para responder às exigências do novo quadro legal constitui o principal objectivo do Governo até 22 de Novembro de 2026, data prevista para a entrada em vigor das novas Leis da Comunicação Social e da Radiodifusão.

De acordo com a representante do GABINFO, Sílvia Nhadwate, a visão estratégica central visa assegurar que a transição jurídica ocorra sem sobressaltos e com todos os

atores do sector alinhados às novas exigências constitucionais e normativas.

Como resultado directo desta iniciativa, o país contará com procedimentos administrativos harmonizados, regulamentos técnicos consolidados de forma participativa e profissionais capacitados para responder aos novos desafios do ecossistema informativo nacional.

O foco incide na transição efetiva e inclusiva, fortalecendo a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e o direito à informação em todo o território nacional.

Para materializar este resultado, o Gabinete de Informação (GABINFO) lançou oficialmente, esta sexta-feira, o processo de divulgação e preparação da implementação da Lei n.º 3/2026 (Lei da Comunicação Social) e da Lei n.º 4/2026 (Lei da Radiodifusão), ambas aprovadas a 26 de Maio.

O plano de acção estruturado abrange a componente de divulgação pública, elaboração de regulamentação, harmonização institucional, capacitação técnica e monitoria contínua das actividades.

O Governo espera que o

país disponha de procedimentos administrativos harmonizados, regulamentos técnicos consolidados de forma participativa e profissionais capacitados para responder aos novos desafios do ecossistema informativo nacional.

"O processo deverá ser inclusivo, envolvendo instituições públicas, órgãos de comunicação social, jornalistas, organizações profissionais e a sociedade civil, numa perspectiva de fortalecimento da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão e do direito à informação em todo o território nacional", reiterou.

SOCIALIZAÇÃO DAS LEIS SERÁ EM TRÊS ETAPAS



A preparação para a entrada em vigor das leis não constitui uma responsabilidade exclusiva do GABINFO

A chefe do Departamento Jurídico do GABINFO, Sílvia Nyaduate, explicou que a socialização das novas leis será desenvolvida de forma progressiva, em articulação com os diferentes sectores ligados à comunicação social.

"A primeira etapa consiste na divulgação e apropriação das novas leis", explicou Nyaduat, acrescentando que esta fase permitirá aos diferentes intervenientes conhecer as mudanças introduzidas pelo novo quadro legal.

A segunda etapa será marcada pela participação e pelo diálogo com os intervenientes do sector, através das próximas actividades de socialização, nas quais profissionais e órgãos de comunicação social poderão acompanhar e contribuir para o

processo de preparação.

A terceira etapa será dedicada à preparação dos órgãos de comunicação social para a implementação efectiva das novas disposições legais.

"O lançamento que hoje realizamos marca o início de um processo que pretendemos construir de forma conjunta com os diferentes sectores", afirmou.

A responsável apelou à participação de todos, sublinhando que a preparação para a entrada em vigor das leis não constitui uma responsabilidade exclusiva do GABINFO.

"Trata-se de um processo que exige diálogo, participação e compromisso de todos", destacou.

Nyaduat esclareceu que, depois da entrada em vigor das leis, os órgãos de comu-

nicação social terão ainda 180 dias para se conformarem integralmente com as novas disposições.

Entre as principais inovações da Lei da Radiodifusão está a obrigatoriedade de as rádios e televisões assegurarem 80 por cento de conteúdos nacionais e 20 por cento de conteúdos estrangeiros.

"A lei da radiodifusão e da comunicação social prevê que 80 por cento do conteúdo produzido deve ser conteúdo nacional", afirmou.

A nova legislação estabelece igualmente o horário-família, das 06h às 20h, período em que os órgãos de radiodifusão deverão ter maior atenção aos conteúdos transmitidos.

O pacote legislativo contempla ainda instrumentos

regulamentares sobre o registo e licenciamento dos órgãos de comunicação social, bem como regras específicas para as rádios comunitárias.

Outra inovação é a atribuição de licenças de rádio mediante concurso público, tendo em conta que estas utilizam o espectro de radiofrequência, considerado bem de domínio público.

Sobre a carteira profissional, Nyaduat explicou que, embora esteja prevista na Lei da Comunicação Social, a sua operacionalização depende da aprovação do Estatuto do Jornalista e dos respectivos regulamentos. Assim, enquanto estes instrumentos não entrarem em vigor, o exercício da actividade jornalística não poderá ser condicionado à apresentação da carteira.

FDEL

O FINANCIAMENTO QUE ESTÁ MUDAR DESTINOS



O projecto permite criar emprego e dinamizar a economia local

Texto: Virgínia Chemane
Fotos: Pedro Chaguala e arquivo

Um salão de beleza aberto na cidade da Beira com um financiamento de 150 mil meticaís do Fundo de Desenvolvimento Económico Local (FDEL) já criou um posto de trabalho, três meses após o início da actividade.

O negócio pertence a Maria Mateus Sitole, que apresentou inicialmente um projecto avaliado em 400 mil meticaís, mas,

depois das negociações, aceitou avançar com um financiamento de 150 mil meticaís. O montante permitiu-lhe abrir o estabelecimento no Bairro de Maraza, no Posto Administrativo da Munhava, na cidade da Beira, província de Sofala, centro do país.

"Acabei aceitando a proposta deste valor, que também ajudou bastante para abrir este negócio", disse.

O FDEL é uma iniciativa do Governo destinada a apoiar actividades económicas produtivas nos distritos e municípios,

com destaque para a geração de emprego, aumento do rendimento e dinamização da economia local.

O salão presta serviços de maquilhagem, aplicação de perucas, tranças, tratamento de cabelo natural e mechas. O estabelecimento funciona há cerca de três meses, mas o movimento permanece abaixo do esperado.

Sitole acredita que alguns potenciais clientes associam a aparência do espaço a preços elevados, embora assegure

que os valores cobrados são semelhantes aos praticados no mercado.

"Quando olham de fora, pensam que os preços devem ser muito elevados", relata Sitole, acrescentando que o objectivo é consolidar a actividade e, posteriormente, criar condições para ampliar a equipa.

A gestão do salão também mudou a forma como Maria encara a actividade. Actualmente, acompanha receitas e despesas, estabelece metas e define objectivos para o negócio.



PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
N.º 780, 1.º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: Mendes J. Mutenda

Coordenador Editorial: Celeste Manganhela: +258 84 948 4695

Chefe de Repartição de Informação: Pedro Chaguala +258 84 772 7717

Revisor: Isaura Joanisse: +258 82 372 8988

Redacção: Daniel Athathe, Neide Nhone, Virgínia Chemane e Vasco Mazive

Maquetização e Fotografia: Januário Magaia, Jone Njanje e Pedro Chaguala

"Antes, não me via como a empreendedora que sou hoje", afirma.

Para António Nhambe, o apoio do Fundo de Desenvolvimento Económico Local

(FDEL) ajudou a retomar a actividade comercial depois de o seu estabelecimento ter sido alvo de um roubo, em 2019.

Residente no Bairro de In-

taka, no município da Matola, Província de Maputo, Nhambe solicitou 150 mil meticaís e recebeu 70 mil. Com o valor, abriu uma mercearia de venda de produtos alimentares e

contratou um colaborador.

"Em 2019 tinha um estabelecimento comercial e sofri um roubo. Hoje consegui reerguer-me e, através do fundo, abri uma mercearia", conta.

MAIS DE 18 MIL PROJECTOS FINANCIADOS

Na 25ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, realizada a 25 de Agosto, em Chimoio, província de Manica, o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Salim Valá, deu a conhecer que 18.562 dos 18.721 projectos aprovados pelo FDEL já estão financiados.

Segundo o governante, a execução financeira situa-se em 804,2 milhões de meticaís, de uma dotação de 824,6 milhões. Os projectos financiados já permitiram criar 43.044 postos de trabalho e beneficiar directamente cerca de 112 mil pessoas.

Entretanto, a procura pelo financiamento é superior aos recursos disponíveis. Conforme explicou, o FDEL recebeu 356.663 propostas, avaliadas em 52,13 mil milhões de meticaís, enquanto a dotação para o primeiro ciclo é de 824,6 milhões de meticaís.

O EFEITO MULTIPLICADOR

O economista Clésio Foia considera que o FDEL já está a gerar alguma actividade económica local, mas diz que ainda não há elementos suficientes para medir o seu impacto estrutural.

"Há evidências iniciais de que o FDEL está a gerar alguma actividade económica local, mas ainda é cedo para medir plenamente o seu impacto estrutural", afirma.

Para Foia, a avaliação do programa deve ir além do número de projectos financiados. É necessário saber quantos negócios continuam activos, quanto facturam, quantos empregos mantêm e quanto rendimento geram.

"É aí que se mede o verdadeiro impacto económico", sustenta.

A procura pelo financiamento revela, por outro lado, a dimensão da necessidade de capital produtivo no país. As 356.663 propostas submetidas ao FDEL, avaliadas em 52,13 mil milhões de meticaís, superam largamente os recursos inicialmente disponíveis.

"O problema não é apenas falta de espírito empreende-



A sustentabilidade depende de factores que vão além do financiamento

dor. Existe uma grande dificuldade de acesso a capital para transformar ideias e pequenos negócios em actividades económicas sustentáveis", afirma, esclarecendo que o financiamento pode produzir efeitos para além do negócio apoiado.

"Imagine um pequeno negócio que recebe financiamento, cria três ou quatro empregos, compra produtos a agricultores locais, vende à comunidade, paga transporte, aluga instalações e reinveste parte dos lucros?", exemplifica.

É esse encadeamento que Foia identifica como efeito multiplicador: financiamento, produção, emprego, rendimento, consumo, fornecedores e reinvestimento.

Os cerca de 43 mil postos de trabalho associados aos projectos financiados consti-

tuem um dos indicadores desse potencial. Para o economista, importa, contudo, acompanhar também a permanência desses empregos e a evolução dos negócios.

"O capital é necessário, mas capital sem gestão, mercado, competências, assistência técnica e acompanhamento pode não produzir um negó-

cio sustentável", alerta.

Foia explica que a sustentabilidade depende, contudo, de factores que vão além do financiamento. Por isso, defende que o apoio aos beneficiários combine financiamento com capacitação, assistência técnica, acesso ao mercado e acompanhamento da actividade, incluindo mecanismos de disci-

plina de reembolso.

O economista defende ainda o reforço gradual dos recursos do FDEL, tendo em conta a procura, bem como a prestação de assistência em gestão financeira, contabilidade, marketing e gestão empresarial.

Considera, igualmente, importante orientar o financiamento para actividades pro-

ductivas e cadeias de valor com potencial de mercado, nomeadamente agricultura, agro-processamento, pequena indústria e serviços.

"O FDEL é importante não apenas pelo dinheiro que coloca nas comunidades, mas porque revela a dimensão da procura por capital produtivo que existe em Moçambique", enfatiza.

UM NEGÓCIO, 15 EMPREGOS



Os beneficiários são submetidos a processos de monitoria

Na cidade da Matola, Albertina Laila Tembe recebeu 100 mil meticais do FDEL para desenvolver a Lalo's Elegance, uma empresa de prestação de serviços de protocolo para casamentos, eventos empresariais e cerimónias oficiais.

Tembe havia solicitado 350 mil meticais, mas acabou por

receber 100 mil, valor que, segundo explica, foi aplicado na aquisição de roupa para a equipa e no reforço das condições de funcionamento da empresa.

"Conseguí empregar até então 15 jovens", disse Albertina, referindo-se a dez mulheres e cinco homens.

Antes do financiamento, a

beneficiária trabalhava com cinco pessoas, recrutadas de acordo com as necessidades de cada actividade. Actualmente, afirma contar com 15 trabalhadores que participam regularmente nos trabalhos da empresa.

"Se eu tivesse recebido esses 350 mil meticais, já teria

conseguido alugar um espaço que iria nos ajudar bastante", destaca, afirmando ter iniciado o reembolso do valor, previsto para 18 prestações.

A empresária participou igualmente numa formação de dois dias sobre gestão de actividades económicas e refere que os beneficiários são submetidos a processos de monitoria para acompanhar o desenvolvimento dos projectos.

Entre os trabalhadores da empresa está Cristina Nhalungo, 35 anos, que estava desempregada antes de conseguir o emprego e dependia de trabalhos ocasionais para obter algum rendimento.

Nhalungo trabalha na Lalo's Elegance há seis meses e exerce a função de coordenadora-geral. Participa no atendimento aos clientes, na organização do negócio e nas tarefas do dia-a-dia.

"Antes de conseguir este emprego, estava desempregada e tinha dificuldades para encontrar uma oportunidade de trabalho estável", disse.

Os casos mostram que o efeito do financiamento pode ir além do empreendimento apoiado. O projecto permite criar emprego, aumentar o rendimento e dinamizar a actividade económica nas comunidades.

GABINFO APROXIMA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CIDADÃO NA FACIM



A presença do GABINFO na Feira confere maior visibilidade do papel da instituição

O Gabinete de Informação (GABINFO) participa, pela primeira vez, na Feira Internacional de Maputo (FACIM), com o objectivo de aproximar os seus serviços ao cidadão, divulgar as suas atribuições e promover novas oportunidades de cooperação no sector da comunicação social.

Falando sobre a participação da instituição no evento, Elisabeth M'Chola, Directora de Registo e Licenciamento GABINFO, explicou que a presença na feira constitui uma oportunidade para dar maior visibilidade ao papel da instituição no fortalecimento da comunicação social no país, apresentar projectos de modernização e estabelecer contactos com diferentes parceiros.

"Queremos entender quais são as expectativas do cidadão

relativamente aos serviços e produtos do Gabinete de Informação e firmar parcerias estratégicas", afirmou Elisabeth M'Chola, acrescentando que a expectativa é transformar a estrea na FACIM em impacto real para o sector.

Entre os serviços apresentados no evento destacam-se o registo e licenciamento dos órgãos de comunicação social, a acreditação de jornalistas nacionais e estrangeiros e a assessoria ao Governo em matéria de comunicação social.

Como uma das novidades da participação, o GABINFO disponibiliza atendimento assistido, através do qual os visitantes podem obter, no próprio stand, informações sobre os requisitos para o registo e licenciamento dos órgãos de comunicação social, bem como para a acreditação de jornalistas.

A instituição apresenta

igualmente publicações como o Jornal Moçambique e a Revista Moçambique, além de produtos relacionados com os símbolos nacionais, incluindo bandeiras, flâmulas e pins.

A iniciativa visa ainda promover a educação cívica sobre os símbolos nacionais e reforçar o acesso dos cidadãos à informação sobre as realizações do Governo.

Elisabeth M'Chola acrescentou que o GABINFO pretende estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil, universidades, escolas, órgãos de comunicação social e parceiros internacionais, bem como promover o intercâmbio de experiências e boas práticas, sobretudo no domínio da transformação digital aplicada à comunicação.

No primeiro dia da feira, a instituição registou uma afluência considerada positiva e manifesta a expectativa de receber

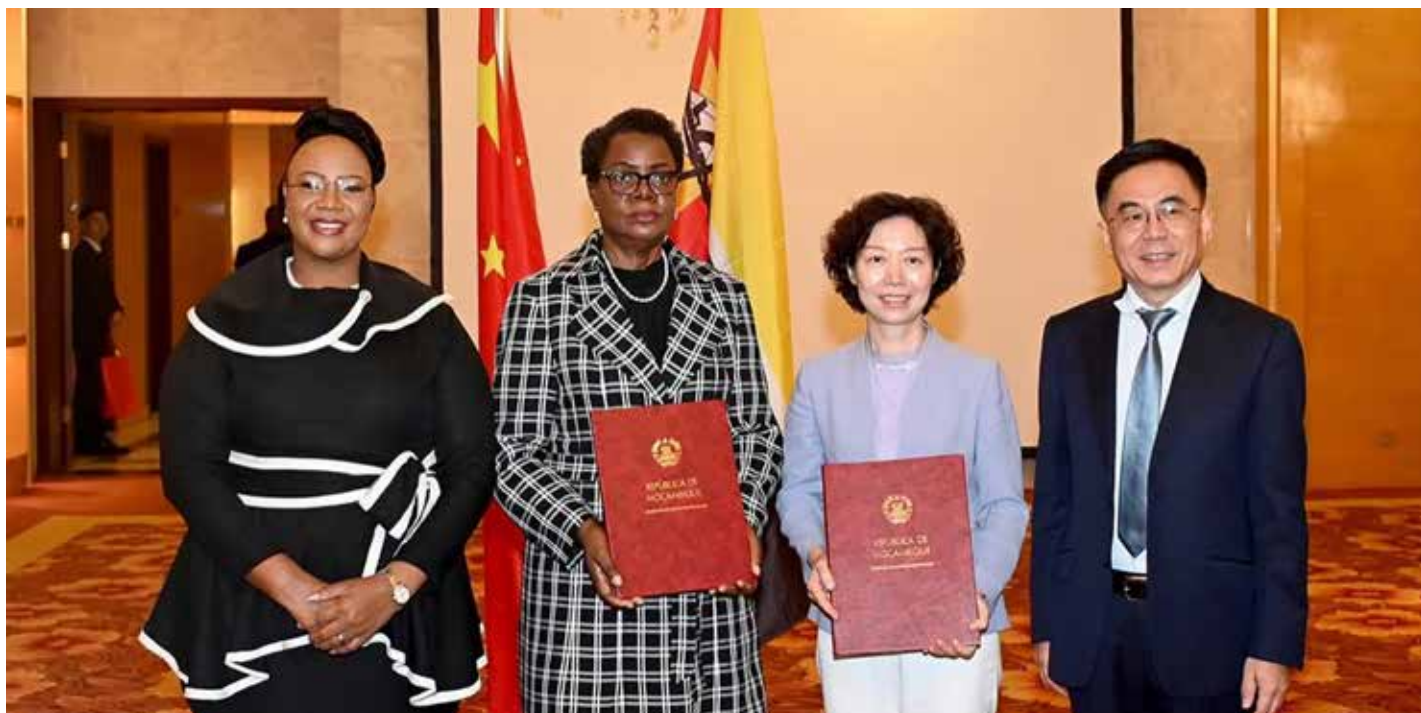
mais visitantes. O GABINFO está no stand 63, pavilhão CHAI, onde disponibiliza informações sobre os seus serviços e produtos ao público.

Este ano, a FACIM vai reunir cerca de 2.300 empresas nacionais, 600 empresas estrangeiras e representantes de 29 países, criando novas oportunidades para negócios, parcerias e internacionalização.

A FACIM posiciona-se como uma alavanca para o investimento e a competitividade da economia nacional, dando visibilidade à produção moçambicana e ao potencial dos diferentes sectores e das 11 províncias.

A edição de 2026 destaca ainda o papel da tecnologia, das MPMEs, do agroprocessamento, da economia do mar, do turismo e de outros sectores estratégicos na construção de uma economia mais moderna, competitiva e sustentável.

MULHERES MOÇAMBICANAS VÃO BENEFICIAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL BASEADA NO MODELO CHINÊS



Queremos transformar vidas das mulheres e famílias

Mulheres moçambicanas vão beneficiar de formação profissional baseada no modelo chinês, com enfoque em tecnologias, produção agrícola, pecuária, artesanato, comércio e electrónica avançada, no âmbito da implementação do projecto "Novas Fazendas para Mães Africanas", uma iniciativa orientada para o empoderamento económico deste grupo social, anunciou a Primeira-Dama da República, Gueta Chapo, esta segunda-feira (31), em Maputo.

Na ocasião, Gueta Chapo explicou que a iniciativa resulta do compromisso assumido durante a visita que efectuou recentemente à República Popular da China.

Liderada pela Federação

de Mulheres da Província de Hunan, na China, a acção prevê transformar terras, conhecimento e capacidade produtiva em oportunidades concretas para as mulheres moçambicanas, contribuindo para o aumento do emprego e do empreendedorismo.

"Novas Fazendas para Mães Africanas traz consigo uma mensagem importante e poderosa. Quando damos à mulher instrumentos para produzir, empreender e prosperar, não estamos apenas a transformar a vida de uma mulher, estamos a transformar a vida de uma família, de uma comunidade, de uma província e de uma nação", referiu Gueta Chapo, defendendo uma abordagem que coloque as mulheres no centro dos esforços de desenvol-

vimento económico e social.

A Esposa do Presidente da República afirmou que os conhecimentos adquiridos durante a sua estadia naquele país asiático, particularmente sobre técnicas de cultivo e utilização de equipamentos, poderão contribuir para a autonomia financeira das mulheres e, consequentemente, para o desenvolvimento do país.

No mesmo evento, Gueta Chapo anunciou também o projecto "China-Moçambique Crianças de Mãos Dadas", destinado a promover a aproximação entre crianças dos dois países através da partilha de material de primeira necessidade, artigos de saúde, material escolar e equipamentos desportivos, bem como do estabelecimento de

relações de amizade entre escolas, reforçando os laços entre os dois povos desde a infância.

"As iniciativas visam uma cooperação sustentável e com impacto nas comunidades, envolvendo agricultores, empresários e parceiros chineses", disse, convidando a delegação chinesa a regressar a Moçambique dentro de dois meses para acompanhar a execução dos programas no terreno e conhecer as comunidades, as mulheres agricultoras e as escolas abrangidas.

Gueta Chapo destacou ainda a importância da agricultura para a segurança alimentar e para a melhoria das condições de vida das famílias, sublinhando a necessidade de incentivar as crianças a adoptar práticas agrícolas.

NIASSA QUER ATRAIR INVESTIMENTO PARA TRANSFORMAR POTENCIALIDADES EM NEGÓCIOS



A participação na FACIM já permitiu estabelecer contactos com potenciais parceiros do Brasil, Quênia, Uganda e Tanzânia

A província do Niassa está a apostar na 61.ª edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM) para atrair parceiros e investidores interessados em transformar as suas potencialidades agrícolas, mineiras, energéticas e turísticas em negócios sustentáveis.

A governadora do Niassa, Eline Judite, afirmou que a província, eleita de honra da presente edição da FACIM, levou ao certame uma mostra diversificada da sua produção e dos seus recursos naturais, destacando 20 variedades de

feijão, macadâmia, café, morango e espécies de peixe ornamental do Lago Niassa.

Segundo a Governadora, a agricultura continua a representar uma das principais áreas de oportunidade. O desafio, contudo, está em desenvolver a agro-indústria e o agroprocessamento, de modo a acrescentar valor à produção local e criar mais empregos para jovens e mulheres.

"Nós gostávamos que tivéssemos a agroindústria, o agroprocessamento em pleno, para darmos um valor acrescentado à nossa produ-

ção", afirmou Eline Judite.

A dirigente apontou a macadâmia como exemplo do potencial ainda pouco explorado. Segundo explicou, o produto é actualmente comercializado sobretudo em bruto, quando poderia ser transformado em óleo e manteiga, enquanto a casca poderia ser aproveitada para a produção de fertilizantes.

No sector mineiro, a província possui ocorrências de ouro, grafite, calcário e carvão. No turismo, aposta nas praias, no turismo de contemplação e religioso, beneficiando também da vasta floresta de miombo e

da diversidade de fauna.

Eline Judite revelou ainda que a participação na FACIM já permitiu estabelecer contactos com potenciais parceiros do Brasil, Quênia, Uganda e Tanzânia, estando igualmente previsto um encontro com a Embaixada da Alemanha.

"Niassa é um sítio seguro para investir", assegurou, acrescentando que a província dispõe de terras, condições agroecológicas favoráveis e cerca de 7.960 quilómetros de estradas, constituindo, segundo disse, uma fronteira de oportunidades para novos investimentos.

Orientação do PR na abertura dos Jogos Escolares

AS HABILIDADES IDENTIFICADAS DEVEM BENEFICIAR DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE



As habilidades identificadas devem beneficiar de acompanhamento permanente

O Presidente da República, Daniel Chapo, defende que os novos talentos descobertos durante os Jogos Escolares sejam elevados a um novo patamar, através de um acompanhamento e preparação contínuos, tendo em vista a sua participação em futuras grandes competições internacionais, como os Jogos Africanos, Commonwealth, CPLP, Campeonatos do Mundo e Jogos Olímpicos.

O Chefe de Estado falava recentemente, em Inhambane, durante a cerimónia de abertura do XVI Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares – 2026, que decorre nesta província da zona sul do País.

Na ocasião, o Estadista considerou que o desporto deve ser encarado como uma fonte de descoberta e desenvolvimento de talentos, sendo necessário garantir condições adequadas para que nenhum jovem com potencial fique sem acompanhamento e para que cada atleta possa transformar as suas capacidades numa contribuição efectiva para o desenvolvimento do País.

Para o Presidente da República, as habilidades identificadas durante os Jogos Escolares devem beneficiar de acompanhamento permanente, enquanto treinadores e professores devem continuar a aprimorar os conhecimentos adquiridos, de modo a potenciar

o desenvolvimento dos jovens atletas.

“Entre vós encontram-se os futuros campeões nacionais, africanos e mundiais. Um dia, alguns de vós representarão a nossa bandeira nos Jogos internacionais. Por isso, não percam de vista os vossos sonhos. Não desamparem o vosso talento e não se dissociem da escola. Juntem, sempre, a escola, a educação e o desporto”, incentivou.

Daniel Chapo reafirmou o compromisso do Governo com o fortalecimento do desporto juvenil, com destaque para a melhoria das infra-estruturas desportivas, a valorização dos professores de Educação Física e a identificação precoce de futuros campeões moçambi-

canos.

“Investir na juventude nunca é uma despesa; é o investimento mais seguro que uma Nação pode fazer no seu próprio futuro, pois, só assim é que construiremos um Moçambique mais saudável, disciplinado, íntegro, responsável, competitivo, inovador, unido e mais patriota, que é o que todos nós almejamos”, apontou.

O Estadista destacou, igualmente, que o evento promove a inclusão e a equidade de género entre os participantes, proporcionando às crianças com deficiência uma oportunidade de superação através do desporto e garantindo às raparigas as mesmas oportunidades de competição que aos rapazes.

MEDICINA TRADICIONAL ENCAMINHA MAIS DE 368 MIL CASOS SUSPEITOS ÀS UNIDADES SANITÁRIAS



A ciência moderna e a etnobotânica tradicional convergem de forma inequívoca

Os praticantes da Medicina Tradicional (PMTs) encaminharam 368.566 casos suspeitos às unidades sanitárias, nos últimos dois anos, dos quais 38.309 de malária, 13.729 de tuberculose e 13.336 de HIV, para diagnóstico e tratamento. Anunciou esta segunda-feira (31), em Maputo, a Chefe do Departamento de Medicina Tradicional e Alternativa no Ministério da Saúde, Graça Cumbe.

"A ciência moderna e a etnobotânica tradicional não caminham em sentidos opostos,

pelo contrário, convergem de forma inequívoca", disse.

Segundo Cumbe, um total de 33.471 PMTs foram registados em todo o território nacional nos últimos dois anos, enquanto 7.957 recebem formação em cuidados de saúde primários.

A representante referiu que 193 doentes em tratamento da tuberculose foram acompanhados pelos praticantes nas comunidades, tendo sido distribuídos 116.980 preservativos para a prevenção do HIV.

Na medicina alternativa e complementar, 23.763 pacien-

tes foram atendidos no mesmo período, sendo 21.331 no sector público e 2.432 no privado.

"Defendemos uma articulação formal e complementar entre a medicina convencional e a tradicional e alternativa, onde o respeito mútuo, a ética e a partilha de informação concorram para salvar vidas", afirmou Isse, durante a 24ª comemoração do Dia da Medicina Tradicional Africana.

A responsável apontou a investigação científica como uma das prioridades para o desenvolvimento da medicina tradicional e defendeu o en-

volvimento de universidades, laboratórios nacionais e detentores do saber tradicional na validação da segurança, da dosagem e da eficácia das plantas medicinais.

Entre as espécies referidas estão a *Tabernaemontana elegans*, a *Momordica balsamina*, conhecida como Nkilhana e cacana, e a *Terminalia sericea*, designada como conola.

"Temos de proteger a propriedade intelectual das comunidades, combater a biopirataria e preservar as espécies botânicas ameaçadas pela pressão climática", afirmou.